



Eixo: Trabalho, questão social e Serviço Social.

Sub-eixo: Relações de trabalho - organização, gestão e exploração da força de trabalho.

INTERFACES DO PATRIARCADO E DO CAPITALISMO PARA A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO DAS MULHERES

**JANAICY PEREIRA DE ALMEIDA¹
DANIELA NEVES DE SOUSA²**

Resumo: Apresentamos neste artigo um debate sobre as condições de trabalho na sociedade capitalista e as interfaces com o patriarcado e o racismo para a exploração do trabalho das mulheres. Tomamos como referência para a análise, tanto o entendimento da categoria trabalho em sua dimensão ontológica, quanto as determinações históricas que perpassam suas configurações na sociedade contemporânea. Desta forma explicitamos que a exploração do trabalho, por meio da propriedade privada dos meios de produção continua sendo o cerne para compreensão das relações sociais de produção na sociedade capitalista.

Palavras-chave: Trabalho; Sociedade capitalista; Patriarcado; Exploração.

Resumen: Presentamos en este trabajo un debate sobre las condiciones de trabajo en la sociedad capitalista y las interfaces con el patriarcado y el racismo para la exploración del trabajo de las mujeres. Tomamos como referencia para análisis tanto el entendimiento de la categoría en su dimensión ontológica, como las determinaciones históricas que es parte de sus configuraciones en la sociedad contemporánea. De esta manera hemos especificado que la explotación de mano de obra, a través de la propiedad privada de los medios de producción sigue siendo la base para la comprensión de las relaciones sociales de producción en la sociedad capitalista.

Palabras-clave: Trabajo; Sociedad capitalista; Patriarcado; Exploración

INTRODUÇÃO

Ao dialogar sobre a categoria trabalho em suas dimensões históricas e transitórias, apontamos alguns elementos fundamentais para seu processo de análise sendo eles: o entendimento do ser humano (homens e mulheres) como ser social; a função do trabalho para o estabelecimento dos homens e mulheres como ser humano genérico; as configurações do trabalho na

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Rural do Semi-Árido. E-mail: <janaiky.almeida@ufersa.edu.br>

² Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

sociedade capitalista e patriarcal; trabalho alienado e divisão social e sexual do trabalho.

Com o trabalho, portanto, dá-se ao mesmo tempo – ontologicamente – a possibilidade do seu desenvolvimento superior, do desenvolvimento dos homens [e mulheres] que trabalham. Já por esse motivo, mas antes de mais nada porque se altera a adaptação passiva, meramente reativa, do processo de reprodução ao mundo circundante, porque esse mundo circundante é transformado de maneira consciente e ativa, o trabalho torna-se não simplesmente um fato no qual se expressa a nova peculiaridade do ser social, mas, ao contrário – precisamente no plano ontológico -, converte-se no modelo da nova forma do ser em seu conjunto (LUKÁCS, 1978, p. 5-6).

Este trabalho na sociedade capitalista deixa de ser expressão de liberdade e torna-se elemento de alienação a partir do avanço do desenvolvimento das forças produtivas e da divisão social do trabalho. Também explicitamos como pressuposto no entendimento desta categoria que nossa análise permeia os elementos das relações patriarcais de gênero e a dimensão da raça como essenciais para compreender as desigualdades vivenciadas no âmbito do trabalho no processo de mundialização do capital.

Sobre o trabalho no âmbito da produção e reprodução social compreendemos estes dois processos com parte de uma totalidade indissociável. “Quando se trata, pois da produção, trata-se da produção em um grau determinado do desenvolvimento social, da produção dos indivíduos sociais” (Marx, 1978, p.104). Situamos o trabalho, portanto, no processo de produção e reprodução de homens e mulheres na sociedade.

1 – CONDIÇÕES HISTÓRICAS DO DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Para Marx (2013), o trabalho é o fundamento ontológico-social do ser social; “é ele que permite o desenvolvimento de mediações que instituem a diferencialidade do ser social em face de outros seres da natureza [...]. Essa condição ontológico-social ineliminável do trabalho, dá a ele um caráter universal e sócio histórico” (BARROCO, 2008, p.26).

O trabalho como forma de expressão da capacidade teleológica que distingue a humanidade dos animais pressupõe condições objetivas para sua efetivação como: liberdade, meios de trabalho e a própria condição de produção e reprodução biológica e social dos homens e mulheres na sociedade. Na sociedade capitalista, tais condições são negadas por meio da apropriação dos instrumentos de trabalho e até da própria força de trabalho, no estabelecimento da propriedade privada.

A propriedade privada é, portanto, o cerne de desenvolvimento da sociedade capitalista, da divisão social do trabalho, do assalariamento e da negação de homens e mulheres em suas dimensões de humanidade. No desenvolvimento do modo de produção capitalista a força de trabalho³ se torna a principal mercadoria⁴ por ser ela capaz de gerar mais-valia para quem dela se apropria via jornadas de trabalho extensivas.

O trabalho, a atividade vital, a vida produtiva mesma aparece ao homem apenas como um meio para a satisfação de uma carência, a necessidade de manutenção da existência física. (...). A atividade vital consciente distingue o homem imediatamente da atividade vital animal. Justamente e só por isso, ele é um **ser genérico**. (...). Eis por que a sua atividade é atividade livre. O trabalho estranhado inverte a relação a tal ponto que o homem, precisamente porque é um ser consciente, faz da sua atividade vital, da sua essência, apenas um meio para sua existência (MARX, 2004, p.84-85).

Na sociedade capitalista o trabalho, portanto, deixa de ser um elemento vital do desenvolvimento humano consciente para ser apenas meio para sua

³ “Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o complexo [*Inbegriff*] das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade [*Leiblichkeit*], na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo”. (MARX, 2013, p.312)

“O valor da força de trabalho, como o de todas as outras mercadorias, é determinado pelo tempo de trabalho necessário para a produção – e, conseqüentemente, também para a reprodução – desse artigo específico. Como valor, a força de trabalho representa apenas uma quantidade determinada do trabalho social médio nela objetivado. A força de trabalho existe apenas como disposição do indivíduo vivo. A sua produção pressupõe, portanto, a existência dele. (...). Diferentemente das outras mercadorias, a determinação do valor da força de trabalho contém um elemento histórico e moral”. (MARX, 2013, p.316-317).

⁴ “A força de trabalho de um homem consiste, pura e simplesmente, na sua individualidade viva. (...). dentro do sistema do salariado, o valor da força de trabalho se fixa como o de outra mercadoria qualquer”. (MARX, 1978, p.81).

sobrevivência, distanciando-se da dimensão ontológica da função e distinção do trabalho em relação a outros animais e a natureza.

O cotidiano do trabalho alienado, ao invés de ampliar a sociabilidade e a interação entre os indivíduos, amplia o distanciamento entre os/as mesmos/as por meio da escassez de tempo livre. O tempo de trabalho é apropriado pelo capitalista sendo o salário sua objetivação abstrata, uma vez que o pagamento de tal valor não corresponde a toda a extensão da jornada de trabalho.

O valor ou preço da força de trabalho toma a aparência do preço ou valor do próprio trabalho, ainda que a rigor as expressões de valor e preço do trabalho careçam de sentido. Ainda que só se pague uma parte do trabalho diário do operário, enquanto a outra parte fica sem remuneração, e ainda que este trabalho não remunerado ou sobretrabalho seja precisamente o fundo de que se forma a mais-valia ou lucro, fica parecendo que todo trabalho é trabalho pago. **Esta aparência enganadora distingue o trabalho assalariado das outras formas históricas de trabalho** (MARX, 1978, p.84).

Para as mulheres a situação ainda é mais problemática na medida em que recebem salários diferenciados e inferiores dos homens⁵. Portanto, se apropriar da dimensão histórica das distintas formas de como se configura o trabalho na sociedade é fundamental para conhecer suas determinações e particularidades na sociedade capitalista e no caso do trabalho das mulheres como historicamente este trabalho foi pautado nas relações sociais nas interfaces entre o patriarcado e o capitalismo.

Se na dimensão das relações sociais de exploração o salário não expressa o tempo de trabalho efetuado pelo/a trabalhador/a, nas relações patriarcais tal expressão é cada vez mais distante ou inexistente, por meio da apropriação do trabalho não pago das mulheres. O tempo de vida lhes é

⁵ No sítio do Observatório Brasil de Igualdade de Gênero verificamos os resultados de relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) intitulado "Novo século, velhas desigualdades: diferenças salariais de gênero e etnia na América Latina" o qual aponta que os homens ganham 10% a mais que as mulheres. Quando a comparação é feita entre homens e mulheres com a mesma idade e nível de instrução, essa diferença sobe para 17%. Há também diferenças entre os países da região. Sobre estas, o Brasil apresenta uma das piores situações, com os homens ganhando aproximadamente 30% a mais que as mulheres de mesma idade e nível de instrução. Para maiores informações acessar: www.observatoriodegenero.org.br/menu/noticias. O relatório na íntegra encontra-se acessível somente em língua inglesa.

roubado por meio das duplas jornadas de trabalho, muito além do que lhes é necessário para sua existência.

O tempo de trabalho excedente das mulheres expressa, portanto, não somente o lucro para o capitalista, usufruído a partir da exploração do trabalho, mas possibilita a dinâmica do funcionamento da sociedade por meio do processo de produção/reprodução das condições necessárias à vida humana do/a trabalhador/a.

É o estabelecimento do trabalho excedente que gera mais-valia ao capitalista e gera também o elemento central de contradição entre o aumento de riquezas e o empobrecimento da classe trabalhadora em um mesmo processo de produção. Ainda de acordo com Marx (2004, p.80) “o trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria”.

Desta feita, o trabalho não produz somente mercadorias, tornam homens e mulheres também mercadorias neste processo. Para a produção desta mercadoria (força de trabalho) é necessário meios de subsistências não apenas individuais, mas que contemplem a subsistência de seus dependentes. Para o capitalismo significa “os meios de subsistência dos substitutos dos trabalhadores, isto é, de seus filhos, de modo que essa peculiar raça de possuidores de mercadorias possa se perpetuar no mercado” (MARX, 2013, p.318).

Portanto é de interesse do capitalismo manter o trabalho gratuito e “obrigatório” das mulheres no cuidado com as crianças e jovens como forma de perpetuação da força de trabalho, sem que para isso tenha dispêndio de gastos adicionais institucionais ou estatais a exemplo de creches. Ainda sobre os meios de subsistência da força de trabalho

Uma parte dos meios de subsistência, por exemplo, a alimentação, o aquecimento etc., é consumida diariamente e tem de ser repostada diariamente. Outros meios de subsistência, como roupas, móveis etc., são consumidos em períodos mais longos e, por isso, só precisam ser substituídos em intervalos maiores de tempo (MARX, 2013, p.319).

São as mulheres, de forma geral, que são postas como as responsáveis pelos cuidados referentes à alimentação, assim como a costura de roupas para o aquecimento. Portanto, o trabalho não pago das mulheres sustenta a engrenagem de produção/reprodução da força de trabalho da classe trabalhadora. Tais formas de produção e reprodução se diferenciam, intensificam ou se metamorfoseiam de acordo com o tempo histórico e a formação social particular de determinadas regiões ou países.

A fome é fome, mas a fome que se satisfaz com carne cozida, que se come com faca ou garfo, é uma fome muito distinta da que devora carne crua, com unhas e dentes. A produção não produz, pois unicamente o objeto do consumo, mas também o modo de consumo, ou seja, não só objetiva, como subjetivamente. Logo, a produção cria o consumidor (MARX, 1978, p.110).

Sobre o processo de produção, como parte dele, apontamos que a dimensão da classe distancia cada vez mais o/a produtor/a dos produtos. Esta dimensão se acentua pela separação cada vez mais marcante do acesso dos/as trabalhadores/as a produtos básicos necessários a sua própria subsistência. Tal processo de distanciamento desencadeia a dimensão de alienação posta no cotidiano de trabalho.

No contexto da sociedade capitalista, o trabalho se desenvolve como forma de alienação do indivíduo frente às relações sociais que este está inserido. Desta forma, as dimensões de liberdade, consciência, sociabilidade e universalidade que seriam características centrais do trabalho em sua dimensão ontológica são substituídas por opressão, exploração e inibição do desenvolvimento das capacidades humanas. No que se refere ao desenvolvimento das forças produtivas

O que diferencia as épocas econômicas não é “o que” é produzido, mas “como”, “com que meios de trabalho”. Estes não apenas fornecem uma medida do grau de desenvolvimento da força de trabalho, mas também indicam as condições sociais nas quais se trabalha (MARX, 2013 p.329-330).

Uma das muitas contradições do modo de produção capitalista é que mesmo com o desenvolvimento das forças produtivas, e o aumento da tecnologia o suficiente para deixar homens e mulheres mais livres sobre o

esforço físico do trabalho, tal tecnologia não é empregada para melhoria de vida dos/as trabalhadores/as, apesar de ser fruto de seus trabalhos e acúmulo histórico de conhecimento da humanidade. Há, portanto, uma apropriação das melhorias provenientes do desenvolvimento das capacidades humanas, pelos capitalistas em contraposição a permanência ainda na atualidade de trabalhos considerados em condições de escravidão.

No caso da América Latina ainda presenciamos dificuldades enfrentadas pela maior parte da classe trabalhadora em ter acesso a elementos básicos de tecnologias que auxiliam na realização de alguns trabalhos fundamentais e melhorariam as condições de vida e trabalho cotidianas, a exemplo da máquina de lavar, dos meios de transportes públicos, de elementos essenciais a saúde e bem-estar como acesso a medicamentos e tratamento ágil nos processos de adoecimentos etc.

Compreender o processo de formação social da América Latina é, portanto, fundamental para o entendimento da forma como se expressa a exploração do trabalho na atualidade, quais as particularidades de tal exploração e como se delinea a dimensão do trabalho das mulheres.

É importante também situar a exploração e longa permanência do trabalho escravo, e suas implicações para caracterização de um mercado de trabalho racista no qual a população negra ocupa os piores postos de trabalho⁶. Sobre este aspecto, nossa análise referente às características da exploração do trabalho na América Latina está perpassada pelas dimensões de classe, raça e relações patriarcais de gênero.

A baixa remuneração salarial faz com que os/as trabalhadores/as estendam suas atividades de trabalho a distintos locais de produção nos fenômenos de dupla empregabilidade. Tal situação retira cada vez mais dos sujeitos o tempo de vida para lazer e outras atividades de desenvolvimento das capacidades humanas ampliando o processo de alienação de homens e mulheres no desenvolvimento das relações sociais capitalistas.

⁶ De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) por meio da Pesquisa Mensal de Emprego(PME) em 2013 um trabalhador negro no Brasil ganha em média 57,4% dos rendimentos recebidos pelos trabalhadores brancos.

Soma-se a este fenômeno o aumento do desemprego e as situações de trabalhos informais, principalmente efetuados pelas mulheres, sem quaisquer garantias trabalhistas como na venda de produtos e na precarização dos trabalhos terceirizados. Tais trabalhos garantem condições mínimas de subsistência além de gerar processos de adoecimentos pelas distintas carências físicas e sociais.

Esta intensidade do trabalho está presente não somente na dimensão de expansão das horas de trabalho, mas na intensificação do trabalho dentro do chamado tempo legal para sua efetivação. Como forma de garantir esta intensidade o capitalismo traz a armadilha da competitividade dentro do mesmo ambiente de trabalho por meio do estabelecimento de princípios valorativos do capital como agilidade, produtividade e na “premiação” do/a melhor trabalhador/a em um fetiche de status profissional.

Explicitamos também como ampliação da precarização do trabalho o estabelecimento da acumulação flexível⁷ posta pela reestruturação do capital para superação de suas crises cíclicas, a perda ou não concretização de direitos sociais na articulação com o Estado e o aumento do desemprego estrutural. Estas novas configurações do trabalho colocam a situação de captura não somente da força física dos/as trabalhadores/as, mas como aponta Alves (2009) também se intensifica a captura de suas subjetividades.

Existe um vínculo orgânico entre “acumulação por espoliação” e “acumulação flexível”, isto é, **as novas práticas empresariais de “captura” da subjetividade do trabalho vivo** e da força de trabalho, com destaque para a ampla gama de mecanismos organizacionais de incentivo à participação e envolvimento de empregados e operários na solução de problemas no local de trabalho. (...). **A apropriação/espoliação da criatividade intelectual** (ou emocional) não apenas de empregados e operários, mas de clientes, consumidores e usuários de produtos e serviços instigados a “agregar” valor à produção da mercadoria são exemplos da sociabilidade de predação que caracteriza o metabolismo social do capitalismo global (ALVES, 2009, p.49).

⁷ “A “acumulação flexível” apenas exacerba um traço ontológico da forma de ser do capital e do trabalho assalariado – a categoria de flexibilidade sob a grande indústria, explicitada, por um lado, pela precarização (e desqualificação) contínua e incessante da força de trabalho e, por outro lado, pelas novas especializações (e qualificações) de segmentos da classe dos trabalhadores assalariados”. (ALVES, 2009 p.35;36).

Este processo de flexibilização de ordenamento da produção e das novas práticas do empresariado vem acompanhado conforme aponta Antunes (2001) de novas técnicas de gestão da força de trabalho, do envolvimento participativo manipulado dos/as trabalhadores/as, do trabalho polivalente e das consideradas “empresas enxutas”.

A apropriação da subjetividade dos/as trabalhadores/as se dá pela intensificação do processo de alienação característico do trabalho na sociedade capitalista, tentando estabelecer uma identidade inexistente de parceria entre trabalhador/a e capitalista. Neste processo, caso o/a trabalhador/a não “vista a camisa da empresa”, ou seja, não se aproprie e defenda os interesses dela, é posto como se este não estivesse comprometido com o trabalho.

Há uma falsa imbricação entre o compromisso com o trabalho e a defesa da empresa capitalista que rouba a subjetividade e atitude crítica dos/as trabalhadores/as em um processo de massificação e enquadramento de comportamentos, típicos da realidade de exploração do trabalho. Este enquadramento condiciona a permanência do/a trabalhador/a na empresa não por uma identidade com a mesma, mas pelo medo do desemprego atingindo diretamente sua dimensão subjetiva distanciando-o cada vez mais de sua dimensão humano-genérica.

Também há uma cobrança para que a classe trabalhadora se insira no mercado de trabalho em quaisquer circunstâncias de precarização sob o falso lema de que todo trabalho é digno e de que “o trabalho dignifica o homem”. Esta situação é vivenciada particularmente pela população negra e imigrante, os quais estão submetidos às piores condições de trabalho e ao maior julgamento da própria sociedade por meio do racismo e xenofobia.

Todas estas situações, acentuadas em cada processo histórico de reestruturação do capital, tem implicações diretas no cotidiano e modo de vida da classe trabalhadora, de maneira que estes são sempre os que sofrem as piores consequências em períodos de crise de busca de maiores lucros ou de manutenção dos mesmos pelo capital. As transformações ocorridas no mundo

do trabalho também afetam a política, a cultura e as distintas formas de organizações sociais e institucionais na sociedade.

A totalidade concreta da reestruturação capitalista implica ondas reestruturativas de largo espectro na economia, produção, política, cultura, tecnologia e psicologia social, processos reestruturativos que iriam marcar as décadas de 1980 e 1990. Surge um novo e precário mundo do trabalho, um novo mundo da economia (financeirização), mundo da política (Estado neoliberal), mundo da cultura (pós-modernismo), mundo da tecnologia (III Revolução Industrial com suas terceira e quarta revoluções tecnológicas) e mundo da sociabilidade (o sócio-metabolismo da barbárie) (ALVES, 2009. p.34).

Sob a constituição do Estado neoliberal e as implicações dele na perda ou não consolidação de direitos para a classe trabalhadora, Alves (2009) aponta quatro dispositivos ideológicos organizacionais de precarização do trabalho no capitalismo neoliberal sendo eles: a produção da escassez interna por meio das demissões e ampliação do desemprego estrutural; a remuneração flexível e planos de meta; a “quebra da auto-estima pessoal e construção da personalidade mais particular; a ‘Administração pelo medo’” (p.137) e a redução do indivíduo à força de trabalho na equivalência entre tempo de vida e tempo de trabalho. Todas estas situações ampliam o distanciamento de homens e mulheres de sua condição como seres humano-genéricos, e os coloca cotidianamente em relações de alienação não somente da instância do trabalho, mas da vida em suas relações na sociabilidade.

2. – O TRABALHO ALIENADO E O ESTRANHAMENTO DOS HOMENS E MULHERES EM SUAS RELAÇÕES COTIDIANAS.

Consideramos importante dialogar, mesmo que de maneira breve, sobre a cotidianidade e suas formas de alienação na sociedade patriarcal e capitalista por ser no cotidiano que homens e mulheres vivenciam as relações de exploração e opressão não somente nos espaços das relações de trabalho, mas nas diferentes instâncias da sociedade.

É na vida cotidiana⁸ (HELLER, 2014) que ocorre a escravização das mulheres em seus afazeres domésticos⁹. É a vida cotidiana nas relações societárias que lhes roubam o tempo do lazer e lhes incumbe uma armadilha posta pelo moralismo conservador¹⁰ para seu comportamento, em contraposição a práticas de liberdade. Esta armadilha e controle da vida cotidiana das mulheres se dá tanto por meio de legislações na ausência da garantia de direitos a exemplo dos direitos sexuais e reprodutivos que garantam a autonomia dos corpos das mulheres na escolha sobre a maternidade, quanto pela sociabilidade patriarcal e capitalista que monitora o comportamento das mulheres e as classificam a partir dele de forma falseada e moralista.

O controle sobre a vida das mulheres também se expressa em espaços institucionais como nas instituições de atendimento a saúde, escolares e nos veículos de comunicação por meio da mídia hegemonicamente classista e patriarcal. No âmbito do trabalho, as expressões de fetichização da vida cotidiana já se expressam desde a formação profissional, na separação não explicitada, de atuação diferenciada para homens e mulheres na sociedade a exemplo das profissões consideradas femininas e que carregam o sinônimo de cuidados como a enfermagem, pedagogia, serviço social, etc.

Não é outra coisa senão a rotina da **vida cotidiana** o que faz parecer trivial e óbvio o fato de uma relação social de produção assumir a forma de um objeto; de tal maneira que a relação das pessoas em seu trabalho se apresenta como sendo um relacionamento de coisas consigo mesmas e de coisas com pessoas (MARX, 1982, p.36).

⁸ “Não há vida cotidiana sem espontaneidade, pragmatismo, economicismo, andologia, precedentes, juízo provisório, ultrageneralização, mimese e entonação. Mas as formas necessárias da estrutura e do pensamento da vida cotidiana não devem se cristalizar em absolutos, mas tem de deixar ao indivíduo uma margem de movimento e possibilidades de explicitação. Se estas formas se absolutizam, deixando de possibilitar uma margem de movimento, encontramos-nos diante da alienação da vida cotidiana” (HELLER, 2014, p.56).

⁹ “Observa-se muito frequentemente, quando se visitam famílias operárias, atitudes compulsivas em relação à limpeza. O mesmo acontece muitas vezes com a organização das atividades domésticas. Em resumo, há uma característica feminina da classe operária que é o fato de que não se tem o “direito” de perder tempo” (HIRATA, 2002, p.258).

¹⁰ De acordo com Agnes Heller (2014) “uma das funções da moral é a inibição, o veto. A outra é a transformação, a culturalização das aspirações da particularidade individual. (...). Por mais intenso que seja o esforço “transformador” e culturalizador da moral, não se supera sua função inibidora e essa se impõe na medida em que a estrutura da vida cotidiana está caracterizada basicamente pela muda coexistência de particularidade e genericidade” (p.39).

Aqui explicitamos, em concordância com Marx (2004), que o trabalho alienado é fruto do desenvolvimento da sociedade capitalista e da divisão social do trabalho. Esta alienação se expressa principalmente por meio da exteriorização do/a trabalhador/a em relação ao produto do seu trabalho. Tal produto tem sua existência fora do/a trabalhador/a, independente dele/a e estranha a ele/a “tornando-se uma potência autônoma diante dele, que a vida que ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha” (MARX 2004, p.81).

Sobre a circunstância da exploração do/a trabalhador/a, expressão do trabalho alienado na sociedade capitalista, Marx (2004) aponta que o trabalhador “só se sente como ser livre e ativo em suas funções animais, comer, beber e procriar, quanto muito ainda habitação, adornos, etc., e em suas funções humanas só se sente como animal” (MARX, 2004, p.83).

Esta inversão acontece pelo nível de distanciamento do trabalho da sua dimensão ontológica e das capacidades teleológicas que distinguem homens e mulheres dos animais. O/a trabalhador/a já não tem mais o controle sobre seu trabalho nem visualiza o produto final do mesmo. Todo o processo de trabalho lhe é estranho, para além de o escravizar e o distanciar do trabalho como atividade livre e criativa. Desta forma, suas atividades livres ficam cada vez mais restritas as funções animais como apontado acima. Sobre este processo de inversão Heller (2014) ressalta que

Existe alienação quando ocorre um abismo entre o desenvolvimento humano-genérico e as possibilidades de desenvolvimento dos indivíduos humanos, entre a produção humano-genérica e a participação consciente do indivíduo nesta produção. Esse abismo não teve a mesma profundidade em todas as épocas nem para todas as camadas sociais. (...). O moderno desenvolvimento capitalista exacerbou ao extremo essa contradição. Por isso, a estrutura da cotidianidade alienada começou a expandir-se e a penetrar em esferas onde não é necessária, nem constitui uma condição prévia da orientação, mas nas quais aparece até mesmo como obstáculo para essa última (HELLER, 2014, p.58-59).

Heller (2014) ainda ressalta que “a vida cotidiana não é alienada necessariamente em consequência de sua estrutura, mas apenas em

determinadas circunstâncias sociais” (p.59). Estas circunstâncias se instauraram de maneira mais aprofundada no desenvolvimento da sociedade capitalista e tem como expressão central o desenvolvimento do trabalho estranhado.

Marx (2004) aponta dois determinantes do trabalho estranhado sendo eles: 1 - a relação do trabalhador com o produto do trabalho como objeto estranho e poderoso sobre ele e 2 - “a relação do trabalho com ato da produção no interior do trabalho; a atividade como miséria, a força como impotência; o estranhamento de si”. (p.84).

Como consequências deste trabalho estranhado estão: o estranhamento do homem e da mulher com a natureza e de homens e mulheres com si mesmos/as, “do ser genérico do homem um ser estranho a ele, um meio de sua existência individual”; (MARX, 2004, p.84) e o estranhamento do homem pelo próprio homem. Mas, como aponta ainda Marx (2004) se a atividade dos/as trabalhadores/as lhes é martírio “então ela tem de ser fruição para um outro e alegria de viver para um outro. Não os deuses, não a natureza, apenas o homem mesmo pode ser este poder estranho sobre o homem”. (MARX, 2004, p.86). Portanto, a exploração da classe trabalhadora não se dá por um elemento alheio ou indeterminado, mas por outros homens detentores da propriedade privada e dos meios de produção.

Sob este sistema à classe trabalhadora lhe é posto somente os produtos mais miseráveis. Como aponta Marx (1985, p.65) “Numa sociedade fundada na miséria, os produtos mais miseráveis tem a prerrogativa fatal de servir ao uso da grande maioria”.

Dizer, pois, que, pelo fato de as coisas mais baratas serem as mais usadas, elas devam ser da maior utilidade significa dizer que o uso tão generalizado da aguardente, em função dos poucos custos da sua produção, é a prova mais concludente da sua utilidade; significa dizer ao proletário que a batata é mais saudável que a carne; significa aceitar o estado de coisas vigentes (MARX, 1985, p.65).

Nesta sociedade, como apontamos anteriormente as descobertas das tecnologias e suas melhorias para a vida humana ficam limitadas a um número restrito da população. Para a classe trabalhadora é posto sempre o mínimo

possível. Para as mulheres esta situação se acentua cada vez mais uma vez que historicamente, lhes é posto a problemática de abrir mão de bens para seu uso em prol dos/as filhos/as e/ou marido. Desta forma são as mulheres as mais subnutridas e as principais responsáveis pela manutenção da alimentação no espaço doméstico.

Na América Latina, onde se tem uma alta concentração da agroindústria e da utilização ilimitada de agrotóxicos, a alimentação saudável é inalcançável para a classe trabalhadora lhes restando os produtos mais baratos, o que no caso da alimentação tem implicações direta na saúde dos/as trabalhadores/as. Portanto, além da exploração do trabalho lhes sugam a vida e lhes instigam a cada vez mais se absterem do descanso, se absterem do lazer para poder ter acesso a produtos mais elementares da alimentação, por exemplo.

A abstinência poderia aparecer ainda na forma mais ativa, que não está posta na circulação simples, na qual o trabalhador renuncia ainda mais ao repouso, renuncia completamente ao seu ser como algo separado de seu ser como trabalhador e, na medida do possível, só é como trabalhador; por conseguinte, renova com mais frequência o ato da troca, ou estende-o qualitativamente ainda mais, ou seja, pela *laboriosidade*. Por essa razão, também **na sociedade atual a exigência de laboriosidade e, especialmente, também de poupança, de abstinência, é requerida não dos capitalistas, mas dos trabalhadores, e precisamente pelos capitalistas** (MARX, 2011, p.353)

Para as mulheres, como já indicamos acima, é atribuído funções diretas na manutenção e gestão da rotina cotidiana da família. E na América Latina, onde os níveis de desigualdade social são extremos, lhes destinam também a gestão da pobreza familiar. Na atualidade, a forma predominante de combate a pobreza na América Latina são os programas de transferência direta de renda, assim, às mulheres são atribuídas a gestão da pobreza da família por meio de programas de repasse de renda mínima. São elas que devem gerir os poucos recursos e ainda se preocupar com a saúde e educação dos outros membros familiares. Para os/as trabalhadores/as com emprego estável lhes fazem, como aponta Marx (2011), muito alarde para que estes economizem em caixas de poupança e na época do capital mundializado, para que façam investimentos em poupanças privadas ou aplicações em outras formas de investimentos.

Ainda de acordo com Marx (2011) se sabe que a verdadeira finalidade da poupança pela classe trabalhadora não é a riqueza, “mas só uma distribuição mais adequada dos gastos, de maneira que, na velhice ou em caso de doenças, crises etc., os trabalhadores não dependam de instituições de caridade, do Estado ou da mendicância”. (p.354). Ou seja, uma forma de que os/as trabalhadores/as não se tornem “um ônus para os capitalistas e vejetem às custas deles, mas sim para a própria classe trabalhadora.” (p.354).

Em suma, exigência de que os trabalhadores devem sempre **restringir seus prazeres vitais a um mínimo** e aliviar as crises para os capitalistas etc. Devem se comportar como pura máquina de trabalho e, se possível, pagar inclusive pelo seu desgaste natural. Prescindindo da pura brutalização daí resultante – e uma tal **brutalização** tornaria impossível inclusive aspirar à riqueza na forma universal, como dinheiro, como dinheiro acumulado – (e a participação dos trabalhadores em prazeres mais elevados, inclusive espirituais; a agitação por seus próprios interesses, assinar jornais, assistir conferências, educar os filhos, desenvolver o gosto etc.; sua única participação na civilização que os distingue dos escravos só é economicamente possível pelo fato de que o trabalhador amplia o círculo de seus prazeres nos períodos em que os negócios vão bem, significa dizer, nos períodos em que poupar é, até certo ponto, possível) (MARX, 2011, p.356).

Sob este processo, as atividades de lazer são vistas como “luxo” para a classe trabalhadora dais quais devem se abster. Há um policiamento da própria comunidade, disseminado pela ideologia capitalista que culpabiliza, principalmente as mulheres, se elas vão a uma festa, a um teatro e não estão poupando para os/as filhos/as e marido.

A vida cotidiana, portanto, é, e se torna cada vez mais, sinônimo de barbárie para a classe trabalhadora. Em contraposição a ampliação de práticas de liberdade e de maior sociabilidade para homens e mulheres na sociedade capitalista, temos a incorporação do que Alves (2009) chama de valores-fetiches¹¹ como autenticidade, autoconhecimento, autonomia, confiabilidade, credibilidade, desafio, disciplina, elegância, entrosamento, espiritualidade, estímulo, fama, prestígio, reconhecimento, sensibilidade, status. Etc.

¹¹ De acordo com Agnes Heller (2014) o valor é uma categoria ontológico-social; “Como tal, é algo objetivo; mas não tem objetividade natural (apenas pressupostos ou condições naturais) e sim objetividade social. É independente das avaliações dos indivíduos, mas não da atividade dos homens, pois é expressão e resultante de relações e situações sociais”. (p.15-16).

Às mulheres, mesmo na escassez lhes é cobrado elegância e amabilidade nos espaços de trabalho. Mesmo nas desventuras da vida cotidiana, no cansaço e na sobrecarga das duplas jornadas de trabalho lhes é cobrado sensibilidade, entrosamento, espiritualidade etc. Este engessamento do comportamento e modo de ser aparente gera uma padronização dos gestos e do modo de ser de homens e mulheres na sociedade e lhes roubam as expressões mais genuínas da diversidade humana. Sobre este engessamento e padronização Carvalho (2011) aponta que

É assim que a vida cotidiana é também o espaço da mediocridade. Os gestos comuns, a uniformidade e a padronização dos desejos e necessidades reificados, fetichizados e controlados reproduzem, a todo momento, os opressores e oprimidos, determinando, através da massificação, comportamentos acrílicos e anômicos. Alguns valores presentes no mundo moderno capitalista – individualismo, neutralidade, competição – reforçam a mediocridade, deixando as grandes decisões políticas, econômicas, culturais, existenciais e mesmo espirituais ao sabor dos agentes mandantes. É através da mediocridade que o cotidiano se normaliza ao gosto das classes dominantes (CARVALHO, 2011 p.42).

No cotidiano da classe trabalhadora é ressaltado pela ideologia dominante que os assuntos relacionados à economia política são de interesse apenas de estudiosos e se vulgariza o debate sobre política. Em contraposição para a vida cotidiana da classe trabalhadora e principalmente para as mulheres é ofertado cursos de padronização de receitas como aponta Carvalho (2011) sobre a arte de limpar e decorar o lar, cozinhar etc. “Receitas inspiradas na vulgarização da ciência, na astrologia, na clarividência, na natureza, nas divindades espirituais as mais diversas” (CARVALHO, 2011, p.19).

Soma-se, na particularidade das vivências das mulheres, a dimensão patriarcal que fundamenta a separação entre homens e mulheres nas consideradas esferas públicas e privadas. Desta forma, a dimensão da política é posta como esfera pública e, portanto, distante do cotidiano das mulheres. Destarte, concordamos com Netto (2011) de que o típico da vida cotidiana é a reificação das relações que o indivíduo desenvolve. É a mistificação e direcionamento dos interesses e dos planejamentos de vida.

Na idade avançada no monopólio, a organização capitalista da vida social preenche todos os espaços e penetra todos os interstícios da existência individual: a manipulação desborda a esfera da produção, domina a circulação e o consumo e articula uma indução comportamental que permeia a totalidade da existência dos agentes sociais particulares – é o inteiro cotidiano dos indivíduos que se torna administrado, um difuso terrorismo psicossocial se destila de todos os poros da vida e se instala em todas as manifestações anímicas e todas as instancias que outrora o indivíduo podia reservar-se como áreas de autonomia (a constelação familiar, a organização doméstica, a fruição estética, o erotismo, a criação de imaginários, a gratuidade do ócio, etc.) convertem-se em limbos programáveis (NETTO, 2011 p.86-87).

A mecanização da vida, o distanciamento e embrutecimento das relações humanas, a individualidade e a competitividade passam a ser naturalizadas como características inerentes a homens e mulheres e não como situações que caracterizam as relações sociais em um modo de produção específico. Na imediaticidade do cotidiano se perde a dimensão histórica de constituição de tais relações e a repetição rotineira faz com que as mesmas se imbriquem cada vez mais na individualidade da classe trabalhadora como uma dimensão pragmática. A unidade imediata de pensamento e ação implica na inexistência de diferença entre “correto” e “verdadeiro” na cotidianidade; o correto é também “verdadeiro”. Por conseguinte, a atitude da vida cotidiana é absolutamente pragmática (HELLER, 2014, p.50).

Este pragmatismo, associado à falta de tempo expressa pela superexploração do trabalho, distancia homens e mulheres da classe trabalhadora da vivência de uma consciência mais crítica sobre a realidade social o que tem impacto direto na dimensão da organização política. O pragmatismo também distancia os/as trabalhadores/as do conhecimento e análise da dimensão histórica de constituição da própria classe trabalhadora por meio da naturalização dos processos de exploração. Soma-se a esta vivência cotidiana explicações míticas religiosas que tendem ao conformismo perante a situação de pobreza posta como destino ou provações necessárias.

Na vivência das mulheres a alienação da vida cotidiana diretamente associada à permanência e articulação entre o patriarcado e o capitalismo naturaliza as desigualdades sociais e intensifica o processo de exploração de

seu trabalho. Sob este prisma o estranhamento do trabalho se dá tanto pela divisão social, como sexual do trabalho.

CONCLUSÕES

A exploração do trabalho na sociedade capitalista tem implicações direta sobre as condições de vida da classe trabalhadora. Aqui nos referimos não somente as condições precárias de trabalho em que está submetida, mas a todas as determinações que perpassam o processo de produção e reprodução da vida humana em sociedade.

Na particularidade do trabalho das mulheres, o trabalho alienado e a forma como se apresenta a falsa dicotomia entre produção e reprodução reforça a hierarquia entre as atividades de trabalho e se expressa em salários diferenciados para homens e mulheres na mesma função, além da sobrecarga de trabalho das mulheres nas duplas jornadas de trabalho.

Esta situação de exploração tem implicações direta na saúde das mulheres e em suas condições de vida. Soma-se ainda neste contexto a desresponsabilização do Estado com políticas públicas e a responsabilização das mulheres pelos cuidados dos/as integrantes familiares, principalmente nos períodos de ajustes estruturais.

Desta feita consideramos que as análises sobre as relações de trabalho na sociedade capitalista devem contemplar em suas nuances a particularidade de como tais relações se expressam em dimensões diferenciadas a partir da imbricação entre capitalismo, patriarcado e racismo na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Florestan. **Poder e contrapoder na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

LUKÁCS, György. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. **Coleção temas de Ciências Humanas**, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, v. 4, 1978.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política; salário, preço e lucro; o rendimento e suas fontes:** a economia vulgar. Trad. Edgard Malagodi. [et al]. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os economistas).

_____. **A Miséria da Filosofia.** Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Global, 1985.

_____. Manuscritos Econômico-filosóficos. Trad. José Carlos Bruni. In: MANUSCRITOS Econômico-Filosóficos e outros textos escolhidos. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (Os pensadores). (pp.03-48)

_____. **Manuscritos Econômicos-filosóficos.** Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Grundrisse:** manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Trad. Mario Duayer, Nélio Schneider (colaboração de Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman). São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed UFRJ, 2011. (versão digitalizada).

_____. **O Capital:** Crítica da Economia política. Livro 1: O processo de Produção do Capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. (versão digitalizada).

NETTO, José Paulo. Para a crítica da vida cotidiana. In: NETTO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant. **Cotidiano:** Conhecimento e crítica. 9ed. São Paulo: Cortez, 2011. (pp.64-93).